

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	31
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	33
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	34
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	806.000.000
Preferenciais	0
Total	806.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.838.295	1.783.444
1.01	Ativo Circulante	66.470	74.423
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	18.386	50.058
1.01.02	Aplicações Financeiras	32.449	12.059
1.01.03	Contas a Receber	10.467	10.299
1.01.03.01	Clientes	10.467	10.299
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	10.462	10.254
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	5	45
1.01.06	Tributos a Recuperar	912	835
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.256	1.172
1.02	Ativo Não Circulante	1.771.825	1.709.021
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	373	337
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	373	337
1.02.01.09.06	Depósitos Judiciais e Outros	373	337
1.02.03	Imobilizado	120.413	124.218
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	102.802	102.048
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	17.611	22.170
1.02.04	Intangível	1.651.039	1.584.466
1.02.04.01	Intangíveis	1.651.039	1.584.466
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.651.039	1.584.466

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.838.295	1.783.444
2.01	Passivo Circulante	54.003	45.919
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.677	12.513
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.179	1.456
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.498	11.057
2.01.02	Fornecedores	23.547	17.321
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.534	17.298
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	13	23
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.593	3.371
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.681	1.434
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	285	0
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	1.396	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.912	1.937
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	1.912	1.937
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.363	1.367
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.363	1.367
2.01.05	Outras Obrigações	11.823	11.347
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	737	683
2.01.05.02	Outros	11.086	10.664
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	9.807	9.807
2.01.05.02.05	Outras Obrigações com o Poder Concedente	817	817
2.01.05.02.07	Outras obrigações	462	40
2.02	Passivo Não Circulante	905.462	891.422
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	840.337	838.415
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	840.337	838.415
2.02.03	Tributos Diferidos	26.898	22.179
2.02.04	Provisões	38.227	30.828
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11	27
2.02.04.02	Outras Provisões	38.216	30.801
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	38.216	30.801
2.03	Patrimônio Líquido	878.830	846.103
2.03.01	Capital Social Realizado	806.000	783.000
2.03.04	Reservas de Lucros	63.103	63.103
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	9.727	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	119.116	165.218
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-95.441	-141.155
3.02.01	Custo de construção	-52.107	-104.945
3.02.02	Serviços	-8.027	-8.209
3.02.03	Custos contratuais	-4.037	-4.306
3.02.04	Depreciação e Amortização	-7.523	-6.454
3.02.05	Custo com pessoal	-8.915	-9.363
3.02.06	Provisão de Manutenção	-6.216	-3.116
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-4.093	-3.846
3.02.08	Outros	-4.523	-916
3.03	Resultado Bruto	23.675	24.063
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.451	-7.683
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.499	-7.650
3.04.02.01	Serviços	-2.870	-2.794
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-1.634	-1.161
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.426	-2.575
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-144	-144
3.04.02.05	Outros	-425	-976
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	82	73
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-34	-106
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	16.224	16.380
3.06	Resultado Financeiro	-1.403	-5.448
3.06.01	Receitas Financeiras	639	1.026
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.042	-6.474
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	14.821	10.932
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.094	-3.810
3.08.01	Corrente	-375	-22
3.08.02	Diferido	-4.719	-3.788
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.727	7.122
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	9.727	7.122
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,01232	0,01098
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,01232	0,01098

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	9.727	7.122
4.03	Resultado Abrangente do Período	9.727	7.122

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	36.385	19.449
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	31.483	28.286
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) líquido do período	9.727	7.122
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.719	3.788
6.01.01.03	Depreciação e amortização	9.157	7.615
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado e intangível	35	106
6.01.01.05	Juros sobre financiamentos e variação monetária	18.588	17.960
6.01.01.10	Capitalização de Custo de Empréstimos	-17.963	-12.189
6.01.01.12	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	6.216	3.116
6.01.01.13	Ajuste a Valor Presente Provisão Manutenção	1.199	447
6.01.01.14	Constituição e reversão de provisão para riscos cíveis	99	321
6.01.01.15	Constituição da Provisão p/Perda Esperada - Contas a Receber	-294	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.902	-8.837
6.01.02.01	Contas a receber	86	1.180
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	40	31
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-77	621
6.01.02.07	Despesas antecipadas e outros créditos	-3.120	-4.268
6.01.02.08	Fornecedores	6.226	-6.797
6.01.02.09	Fornecedores - partes relacionadas	54	-31
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e Provisão para imposto de renda e contribuição social	238	-920
6.01.02.11	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-16	0
6.01.02.15	Obrigações sociais e trabalhistas	1.164	1.575
6.01.02.16	Outras contas a pagar	422	14
6.01.02.17	Pagamento da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-115	-242
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-74.387	-110.022
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-863	-1.500
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-53.134	-108.674
6.02.03	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	0	152
6.02.10	Aplicações financeiras	-20.390	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	6.330	162.951
6.03.01	Integralização de capital	23.000	70.000
6.03.04	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrend.Mer	0	107.404
6.03.06	Emprést,Financiam.Debênt.Arrend. Merc.(Pag.Juros)	-16.670	-14.453
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-31.672	72.378
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.058	19.967
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18.386	92.345

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	806.000	-23.000	63.103	0	0	846.103
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	806.000	-23.000	63.103	0	0	846.103
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	23.000	0	0	0	23.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.727	0	9.727
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.727	0	9.727
5.07	Saldos Finais	806.000	0	63.103	9.727	0	878.830

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	592.000	0	31.618	0	0	623.618
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	592.000	0	31.618	0	0	623.618
5.04	Transações de Capital com os Sócios	70.000	0	0	0	0	70.000
5.04.01	Aumentos de Capital	70.000	0	0	0	0	70.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.122	0	7.122
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.122	0	7.122
5.07	Saldos Finais	662.000	0	31.618	7.122	0	700.740

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	143.435	183.131
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	125.472	170.942
7.01.02	Outras Receitas	17.963	12.189
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-82.205	-129.078
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-20.426	-17.027
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.456	-3.990
7.02.04	Outros	-58.323	-108.061
7.02.04.01	Custo de construção	-52.107	-104.945
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-6.216	-3.116
7.03	Valor Adicionado Bruto	61.230	54.053
7.04	Retenções	-9.157	-7.615
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.157	-7.615
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	52.073	46.438
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	639	1.026
7.06.02	Receitas Financeiras	639	1.026
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	52.712	47.464
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	52.712	47.464
7.08.01	Pessoal	9.701	10.257
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.469	6.579
7.08.01.02	Benefícios	2.555	2.876
7.08.01.03	F.G.T.S.	485	516
7.08.01.04	Outros	192	286
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.290	11.455
7.08.02.01	Federais	9.442	7.991
7.08.02.02	Estaduais	174	164
7.08.02.03	Municipais	3.674	3.300
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	19.994	18.630
7.08.03.01	Juros	19.969	18.571
7.08.03.02	Aluguéis	25	59
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.727	7.122
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.727	7.122

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL

Janeiro a Março/2018

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1T17.

1.1 - Principais destaques

No 1º trimestre de 2018, a Companhia continuou a duplicação da BR 163/MS, conforme a autorização das Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16/07/2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes, e dos trechos permitidos pela Licença de Instalação nº 1.083/2015, cuja titularidade foi transferida em maio de 2016 pelo IBAMA, e continuou executando as obras de restauração do pavimento.

1.2 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita Bruta [R\$ mil]	1ºT18	1ºT17	Var. %
Receita de Pedágio	71.755	64.414	11,4%
Receitas Acessórias	1.610	1.583	1,7%
Receita de Construção	52.107	104.945	-50,3%
Receita Bruta Total	125.472	170.942	-26,6%
Deduções	-6.356	-5.724	11,0%
Receita Líquida Total	119.116	165.218	-27,9%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Receita de Pedágio: A receita teve um aumento de 11,4% no 1T18 com relação ao 1T17 devido ao aumento nas exportações do milho e altas nas cotações dos grãos.

Receitas Acessórias: O aumento de 1,7% no 1T18 em comparação com o 1T17 é devido aos reajustes anuais dos contratos de utilização da faixa de domínio.

Receita de Construção: No 1T18 a Companhia reduziu o fluxo das obras de duplicação e das obras de restauração do pavimento.

Comentário do Desempenho

Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ mil]	1ºT18	1ºT17	Var.%
Custo de construção	52.107	104.945	-50,3%
Provisão de Manutenção	6.216	3.116	99,5%
Depreciação e amortização	9.157	7.615	20,2%
Custos contratuais	4.037	4.302	-6,2%
Serviços de terceiros	10.897	11.003	-1,0%
Custo com pessoal	11.341	11.938	-5,0%
Materiais, Gastos Gerais e Outros	9.185	5.886	56,0%
Custos e despesas totais	102.940	148.805	-30,8%

Os custos e as despesas totais reduziram 30,8% no 1T18 em relação ao 1T17, alcançando o valor de R\$ 102.940 mil, em função da redução do fluxo das obras de duplicação e das obras de restauração do pavimento.

Custo de construção: No 1T18 a Companhia reduziu o fluxo das obras de duplicação e das obras de restauração do pavimento.

Provisão de Manutenção: A provisão de manutenção sofreu um aumento de 99,5% no 1T18, refletindo os ciclos de manutenção programada da Companhia.

Depreciação e amortização: No 1T18 ocorreram as amortizações dos investimentos realizados em 2016 e 2017, tais como: trechos da duplicação, implantação de fibra óptica e equipamentos de monitoração da rodovia, o que causou aumento de 20,2% em depreciação e amortização.

Custos Contratuais: Referem-se à verba contratual de Fiscalização (paga à ANTT) e à verba destinada ao aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Além disso, fazem parte todos os seguros previstos no Contrato de Concessão, dentre os quais o do patrimônio existente (*All Risks*), o das novas obras (riscos de engenharia), bem como responsabilidade civil e seguro garantia.

A redução de 6,2% nos custos contratuais decorreu em função do índice de reajuste aplicado sobre a verba de fiscalização ter sido aplicado integralmente no decorrer do ano de 2016, essa diferença de reajuste foi aplicada no início do 1T17. No 1T18 o reajuste foi aplicado mensalmente.

Serviços de terceiros: Este grupo se refere aos itens de prestadores de serviços, referentes principalmente aos serviços de conservação de rotina, manutenção de equipamentos e sistemas e consultorias. A redução de 1,0% do valor no 1T18 em relação ao 1T17 ocorreu devido à melhor adequação das equipes da conservação.

Materiais, Gastos Gerais e Outros: Os custos com os materiais e gastos gerais da Companhia tiveram aumento de 56,0% devido a indenizações contratuais referente ao encerramento de contratos de fornecedores.

Comentário do Desempenho

EBITDA e EBIT

Reconciliação EBITDA [R\$ mil]	1ºT18	1ºT17	Var.%
Lucro Líquido	9.727	7.122	36,6%
(+) IR/CS	5.094	3.810	33,7%
(+) Resultado Financeiro	1.403	5.448	-74,2%
(+) Depreciação e Amortização	9.157	7.615	20,2%
EBITDA (a)	25.381	23.995	5,8%
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>21,31%</i>	<i>14,52%</i>	<i>7 p.p.</i>

Reconciliação EBIT [R\$ mil]	1ºT18	1ºT17	Var.%
Lucro Líquido	9.727	7.122	36,6%
(+) IR/CS	5.094	3.810	33,7%
(+) Resultado Financeiro	1.403	5.448	-74,2%
EBIT (a)	16.224	16.380	-1,0%
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>13,62%</i>	<i>9,91%</i>	<i>4 p.p.</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM nº. 527/2012.

Resultado financeiro líquido

	1ºT18	1ºT17	Var.%
Despesas financeiras	(2.042)	(6.474)	-68,5%
Juros sobre financiamentos	(17.064)	(15.260)	11,8%
Variação monetária sobre empréstimos	(1.524)	(2.700)	-43,6%
Capitalização de custo dos empréstimos	17.963	12.189	47,4%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.417)	(703)	101,6%
Receitas financeiras	639	1.026	-37,7%
Rendimento sobre aplicações financeiras	625	1.004	-37,7%
Juros e outras receitas financeiras	14	22	-36,4%
Resultado financeiro líquido	(1.403)	(5.448)	-74,2%

No 1T18 os juros sobre financiamentos e a capitalização de custo dos empréstimos aumentaram respectivamente 11,8% e 47,4% em relação com o 1T17 devido a 2ª liberação do Empréstimo de Longo Prazo, contratado junto ao BNDES e dos Contratos de Financiamento FINISA e REPASSE, celebrado entre a Caixa Econômica Federal, totalizando R\$ 107.404 mil, ter sido desembolsada no fim do 1T17.

Comentário do Desempenho

2. Investimentos

A Companhia mantém em dia os compromissos contratuais de investimento da BR-163/MS, conforme obrigações detalhadas no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

Obras em andamento durante o 1º. Trimestre de 2018:

- **RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO**
 - Implantação e recuperação de elementos de proteção e segurança;
 - Restauração do pavimento nos 845,4 km da BR-163/MS.

- **AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO**
 - Duplicação dos seguintes trechos:
 - Km 23,150 ao km 28,530
 - Km 95,520 ao km 104,500
 - Km 369,000 ao km 374,000
 - Km 374,000 ao km 380,000
 - Km 502,160 ao km 511,650
 - Km 607,300 ao km 610,000
 - Km 626,210 ao km 628,460
 - Km 647,120 ao km 650,300
 - Km 688,170 ao km 693,355
 - Km 840,567 ao Km 845,340

Comentário do Desempenho

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Nesse período houve uma redução considerável no número total de acidentes (27%), destacando-se os acidentes com mortos que registrou queda de 63% (1T18 x 1T17). Esse resultado é consequência direta de todas as ações firmadas no PRA (Programa de Redução de Acidentes), na qual inclui a monitoração de pontos mais susceptíveis a ocorrência de acidentes e propõe os planos de ação. Na BR-163/MS, a Concessionária desenvolve campanhas educativas de segurança viária desde 2014, além de ações específicas em feriados prolongados, realiza a conservação, recuperação e manutenção periódica de todo o conjunto de sinalização (vertical, de solo e aérea), do pavimento com operações de tapa buraco e execução de panos, além da manutenção do canteiro central e lateral. O SAU (Sistema de Atendimento ao Usuário) tem papel fundamental nas campanhas de segurança viária, pois abrange os serviços de socorro médico, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio, serviço de 0800 e de inspeção do tráfego. Os usuários também acabam recebendo mensagens de segurança todos os dias através dos Painéis de Mensagens Variáveis (fixos e móveis), além das orientações dadas pelos arrecadadores das praças de pedágio durante o pagamento da tarifa.

Total de Acidentes (CCR MSVia)	1ºT18	1ºT17	Var.%
Total acidentes	294	402	-27%
Acidentes com vítimas feridas	142	173	-18%
Acidentes sem vítimas	146	213	-31%
Acidentes com mortos	6	16	-63%
Atropelamento fatal	2	4	-50%
Atropelamento	2	8	-75%

4. Considerações finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2018

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”).

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163 integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,40 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão.

Em 11 de abril de 2014, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) transferiu à Concessionária todos os bens vinculados à operação e manutenção do Sistema Rodoviário pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem como principal desafio duplicar mais de 800 km da BR-163/MS em 5 anos.

Além disso, implantou o Sistema de Atendimento ao Usuário em 11 de outubro de 2014, com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do centro de controle operacional e serviço 0800. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais.

Previamente ao início da cobrança de pedágio, estava previsto no Contrato de Concessão a duplicação de 10% da rodovia até o 18º mês de Concessão. Tais obras foram realizadas com autorização baseada nas Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16/07/2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Estas Portarias permitem a ampliação da capacidade e a duplicação parcial da rodovia através de uma autorização de execução das obras sem a respectiva licença ambiental, desde que as mesmas não impliquem na supressão de vegetação nativa; realocação da população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

A Concessionária, após concluir 10% da duplicação e a implantação de nove praças de pedágio em agosto de 2015, iniciou a cobrança da tarifa no dia 14 de setembro de 2015, por meio da autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) publicada na resolução nº 4.826.

As tarifas aplicadas foram reajustadas segundo regras constantes no Contrato de Concessão e com os efeitos das revisões extraordinárias dispostas nas resoluções nº 4.700 de 13 de maio de 2015 e nº 4.826 de 3 de setembro de 2015. A primeira incluiu a implantação de retornos em nível na BR-163/MS no montante de investimentos compromissados com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a segunda restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão após isenção da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos comerciais concedida pela Lei nº 13.103/2015, conhecida como “Lei dos Caminhoneiros”.

Em maio de 2016, a titularidade da Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, de nº 1083, foi transferida para a Companhia. Desta forma, foi possível iniciar a implantação de mais 55 km de duplicação, totalizando 87 km que foram confluído em junho de 2017.

Notas Explicativas

Em 14 de setembro de 2016, foram aplicados o 1º reajuste ordinário e o 3º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.183 de 12 de setembro de 2016, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Em 14 de setembro de 2017, foram aplicados o 2º reajuste ordinário e o 4º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.414 de 11 de setembro de 2017, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Os investimentos pactuados no Contrato de Concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646 milhões com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109 milhões. No dia 15 de abril de 2016, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587 milhões. Além disso, a Companhia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527,3 milhões, e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210 milhões. Em outubro de 2016, a Concessionária recebeu R\$ 147 milhões de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram captados R\$ 107 milhões dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal.

Processo de investigação

Em 23 de fevereiro de 2018, foram veiculadas matérias na imprensa noticiando que a CCR S.A., sua controladora e determinadas companhias integrantes do grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. O assunto foi objeto de Comunicado ao Mercado pela controladora CCR S.A., divulgado em 24 de fevereiro de 2018.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, da controladora CCR S.A., de 28 de fevereiro de 2018, foi deliberada a criação de um Comitê Independente que – em conjunto com assessores jurídicos e com uma empresa internacional de consultoria especializada em investigação corporativa – iniciou o procedimento de investigação para a apuração dos fatos noticiados e eventuais fatos conexos que poderão ou não envolver outras empresas do Grupo.

Em 28 de fevereiro e 12 de março de 2018, a controladora CCR S.A., divulgou fatos relevantes informando ao mercado não só a criação do Comitê Independente, como sua composição e a seleção pelo Comitê Independente dos seus assessores jurídicos e de empresa internacional de consultoria especializada na realização de processos de investigação corporativa, como acima referido. Como divulgado no Fato Relevante de 28 de fevereiro, as conclusões do Comitê Independente serão submetidas ao Conselho de Administração, da controladora CCR S.A., que deliberará quanto às medidas necessárias a serem tomadas.

Em 3 de maio de 2018, a controladora CCR S.A. recebeu do Ministério Público do Estado de São Paulo, pedido de informações, no âmbito de Inquérito Civil, sobre os fatos noticiados pela imprensa. O prazo para resposta à referida solicitação é o dia 14 de maio de 2018.

As investigações conduzidas pelo Comitê Independente ainda estão em andamento e, portanto, não é possível determinar se, ao final dos trabalhos, serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia.

Com base nos elementos que possui até o momento, a Companhia e sua controladora CCR S.A., em conjunto com seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas suas informações trimestrais da Companhia e concluiu que os fatos veiculados, se ocorreram, não trariam efeitos materiais às mesmas.

Notas Explicativas

A Companhia está sujeita à Lei 12.846 e, se fatos conexos forem revelados, poderá ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia. Entretanto, no momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventual provisão para contingências sobre este assunto informações trimestrais.

2. Apresentação da ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 10 de maio de 2018, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITRs.

3. Principais práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2018, dos Pronunciamentos CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes e CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contratos com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, (substituindo as normas anteriores que dispunham sobre o reconhecimento de receitas: CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30 - Programas de Fidelidade com o Cliente). Em resumo, foi estabelecido um modelo de cinco etapas para a contabilização de receitas, de tal forma que é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a entidade espera ter o direito em troca da transferência de controle dos bens e/ou serviços para um cliente.

O CPC 47/ IFRS 15 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros (substituindo o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

- i. *Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros*

Notas Explicativas

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias requeridas para mensuração no CPC 48 / IFRS 9, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/ IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/ IFRS 9
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	10.254	10.254
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	45	45

ii. *Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar – operações com derivativos e alguns empréstimos e financiamentos e debêntures. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Notas Explicativas**6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	10.188	10.298
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	3.075	34.705
Aplicações financeiras de curto prazo - CDB	<u>5.123</u>	<u>5.055</u>
	<u>18.386</u>	<u>50.058</u>
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>32.449</u>	<u>12.059</u>
	<u>32.449</u>	<u>12.059</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas a taxa média de 99,39% do CDI, equivalente a 6,69% ao ano (99,51% do CDI, equivalente a 9,85% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).

7. Contas a receber

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	679	828
Pedágio eletrônico - outros (b)	<u>9.788</u>	<u>9.725</u>
	<u>10.467</u>	<u>10.553</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(5)</u>	<u>(299)</u>
	<u>10.462</u>	<u>10.254</u>

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Crédito a vencer	10.298	10.064
Créditos vencidos até 60 dias	164	188
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	2
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	2	3
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>3</u>	<u>296</u>
	<u>10.467</u>	<u>10.553</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- e
- (c) A Provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada para o negócio da Companhia.

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u> (Reclassificado) (*)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	14.821	10.932
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(5.039)	(3.717)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivo relativo ao imposto de renda	40	-
Despesas indedutíveis	(14)	(9)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(87)	(83)
Outros ajustes tributários	<u>6</u>	<u>(1)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(5.094)</u>	<u>(3.810)</u>
Impostos correntes	(375)	(22)
Impostos diferidos	<u>(4.719)</u>	<u>(3.788)</u>
	<u>(5.094)</u>	<u>(3.810)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34,37%</u>	<u>34,85%</u>

(*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação.

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Bases ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	15.597	17.236
Remuneração variável de dirigente estatutário	1.839	1.522
Provisão para perda esperada - contas a receber	435	535
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	3	9
Constituição da provisão de manutenção	12.993	10.473
Outros ajustes tributários	11	-
	<u>30.878</u>	<u>29.775</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	<u>(57.776)</u>	<u>(51.954)</u>
	<u>(57.776)</u>	<u>(51.954)</u>
Ativo diferido líquido	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo diferido líquido	<u>(26.898)</u>	<u>(22.179)</u>

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2018 e de 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados do trimestre de três meses findo em 31 de março de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

	Transações		Saldos	
	01/01/2018 a 31/03/2018		Ativo	Passivo
	Serviços prestados	Aquisição de intangível	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CCR S.A.	877 (a)	-	1	275 (a)
CPC	1.265 (b)	111 (b)	-	432 (b)
Outras partes relacionadas				
Intercement Brasil S.A.	-	80 (d)	-	28 (d)
AutoBAn	-	-	1 (c)	1 (c)
ViaOeste	-	-	1 (c)	-
Metrô Bahia	-	-	2 (c)	1 (c)
Total circulante, 31 de março de 2018	-	-	5	737
Total, 31 de março de 2018	2.142	191	5	737
Total circulante, 31 de dezembro de 2017	-	-	45	683
Total, 31 de dezembro de 2017	-	-	45	683
Total, 31 de março de 2017	1.964	3.244	-	-

Despesas com profissionais chaves da administração

	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração: (e)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	645	861
Outros benefícios:		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	347	332
Previdência privada	4	5
Seguro de vida	1	2
	997	1.200

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	31/03/2018	31/12/2017
Remuneração dos administradores (e)	1.863	1.560

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 06 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 6.900, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao faturamento;
- Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- Contrato de fornecimento de cimento para pavimentação de concreto na BR-163/MS, sendo os valores unitários reajustados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 15 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor; e

Notas Explicativas

- (e) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

10. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	31/12/2017	31/03/2018			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	1.370	-	(1)	2	1.371
Máquinas e equipamentos	67.705	-	(65)	5.352	72.992
Veículos	22.345	-	-	345	22.690
Instalações e edificações	296	-	-	-	296
Terrenos	828	-	-	-	828
Sistemas operacionais	45.720	-	-	144	45.864
Imobilizações em andamento	22.170	1.372	-	(5.931)	17.611
	160.434	1.372	(66)	(88)	161.652

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 509 no trimestre findo em 31 de março de 2018 (R\$ 3.152 no trimestre findo em 31 de março de 2017). A taxa média de capitalização no trimestre foi de 0,65% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos) e de 0,62% a.m. no 1º trimestre de 2017.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2017	31/03/2018		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	
Móveis e utensílios	10	(242)	(34)	-	(276)
Máquinas e equipamentos	13	(11.504)	(2.367)	31	(13.840)
Veículos	25	(14.989)	(1.400)	-	(16.389)
Instalações e edificações	(b)	(296)	-	-	(296)
Sistemas operacionais	10	(9.185)	(1.253)	-	(10.438)
		(36.216)	(5.054)	31	(41.239)

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
 (b) Ativo 100% depreciado.

11. Intangível

Movimentação do custo

	31/12/2017	31/03/2018		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	
Direitos de exploração da infraestrutura	1.600.524	70.588	(1)	1.671.111
Direitos de uso de sistemas informatizados	8.589	-	89	8.678
	1.609.113	70.588	88	1.679.789

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 17.454 no trimestre findo em 31 de março de 2018 (R\$ 69.771 no trimestre findo em 31 de março de 2017). A taxa média de capitalização nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017 foi de 0,65% a.m. e 0,62% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos).

Notas Explicativas

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2017	31/03/2018	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(21.670)	(3.672)	(25.342)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(2.977)	(431)	(3.408)
		<u>(24.647)</u>	<u>(4.103)</u>	<u>(28.750)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Amortização pela curva de benefício econômico.

12. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 31/03/2018	Vencimento Final	31/03/2018	31/12/2017
Em moeda nacional							
BNDDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338% (a)	17.013	14.908	Março de 2039	663.590	662.088 (b) (c)
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	TJLP + 2,00% a.a.	2,1831% (a)	2.477	2.242	Março de 2039	126.788	126.515 (b) (c)
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844% (a)	2.671	2.421	Março de 2039	51.322	51.179 (b) (c)
Total geral				<u>19.571</u>		<u>841.700</u>	<u>839.782</u>
Circulante							
Financiamentos						2.941	2.936
Custos de transação						<u>(1.578)</u>	<u>(1.569)</u>
						<u>1.363</u>	<u>1.367</u>
Não Circulante							
Financiamentos						858.330	856.806
Custos de transação						<u>(17.993)</u>	<u>(18.391)</u>
						<u>840.337</u>	<u>838.415</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

(b) 100% aval/ fiança corporativa da CCR

(c) Garantia real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	31/03/2018
2020	44.617
2021	44.592
2022	44.592
2023 em diante	724.529
	<u>858.330</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste trimestre findo em 31 de março de 2018, não ocorreu nenhuma operação.

Notas Explicativas

Para maiores detalhes sobre os demais financiamentos, vide nota explicativa nº 12 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e previdenciárias e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Não circulante	31/12/2017		31/03/2018		
	Saldo inicial	Constituição	Pagamento	Atualização de bases processuais e monetária	Total
Cíveis	-	16	(20)	4	-
Trabalhistas	27	-	(5)	(11)	11
Total	27	16	(25)	(7)	11

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cíveis e trabalhistas, nos montantes de R\$ 51 e R\$ 39, respectivamente (R\$ 118 e R\$ 124, respectivamente, em 30 de março de 2017).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	31/03/2018	31/03/2017
Cíveis e administrativos	273	292
Trabalhistas e previdenciárias	18	25
	291	317

14. Provisão de manutenção

Não circulante	31/12/2017	31/03/2018		Saldo final
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	
	30.801	6.216	1.199	38.216

As taxas anuais de 2017 e 2018, para cálculo do valor presente, são de 13,93% e 7,77%, respectivamente.

Notas Explicativas

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 19 de janeiro de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a prorrogação da integralização de capital social, no montante de R\$ 23.000 a qual ocorreu em 05 de março de 2018.

b. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>01/01/2018 a</u> <u>31/03/2018</u>	<u>01/01/2017 a</u> <u>31/03/2017</u>
Numerador		
Lucro (prejuízo) líquido	9.727	7.122
De nominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	<u>789.644</u>	<u>648.556</u>
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído em R\$	0,01232	0,01098

16. Receitas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receitas de pedágio	71.755	64.414
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	52.107	104.945
Receitas acessórias	<u>1.610</u>	<u>1.583</u>
Receita bruta	<u>125.472</u>	<u>170.942</u>
Impostos sobre receitas	(6.346)	(5.706)
Devoluções e abatimentos	<u>(10)</u>	<u>(18)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(6.356)</u>	<u>(5.724)</u>
Receita líquida	<u><u>119.116</u></u>	<u><u>165.218</u></u>

Notas Explicativas

17. Resultado Financeiro

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(17.064)	(15.260)
Varição monetária sobre empréstimos	(1.524)	(2.700)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.199)	(447)
Capitalização de custos dos empréstimos	17.963	12.189
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(218)	(256)
	<u>(2.042)</u>	<u>(6.474)</u>
Receitas financeiras (a)		
Rendimento sobre aplicações financeiras	625	1.004
Juros e outras receitas financeiras	14	22
	<u>639</u>	<u>1.026</u>
Resultado financeiro	<u>(1.403)</u>	<u>(5.448)</u>

18. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

	<u>31/03/2018</u>			<u>31/12/2017</u>		
	Valor justo por meio de resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	40.647	-	-	51.819	-	-
Contas a receber	-	10.462	-	-	10.254	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	5	-	-	45	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(841.700)	-	-	(839.782)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(24.009)	-	-	(17.361)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(737)	-	-	(683)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(9.807)	-	-	(9.807)
Outras obrigações com o Poder Concedente	-	-	(817)	-	-	(817)
Total	<u>40.647</u>	<u>10.467</u>	<u>(877.070)</u>	<u>51.819</u>	<u>10.299</u>	<u>(868.450)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado. O valor justo pode ser considerado como semelhante ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) não produziria diferenças significativas entre ambos.

Notas Explicativas

- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores – partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras	40.647	51.819

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram consideradas nos cálculos novas contratações de operações além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	Aumento da TJLP	Março de 2039	678.498	(60.229)	(71.852)	(83.478)
CEF (REPASSE BNDES)	Aumento da TJLP	Março de 2039	53.744	(4.771)	(5.691)	(6.612)
CEF (REPASSE BNDES)	Aumento da TJLP	Março de 2039	129.029	(11.454)	(13.664)	(15.875)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (4)		35.518	2.332	2.916	3.500
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (4)		5.123	343	429	515
				<u>(73.779)</u>	<u>(87.862)</u>	<u>(101.950)</u>

As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:

TJLP ⁽²⁾	6,75%	8,44%	10,13%
CDI ⁽³⁾	6,39%	7,99%	9,59%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) e (3) está detalhado as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 29/03/2018, divulgada pela BNDES;
- (3) Refere-se à taxa de 29/03/2018, divulgada pela CETIP;
- (4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira; e
- (5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/03/2018, quando estes não influenciam nos cálculos dos efeitos posteriores.

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Compromisso de investimento	<u>4.392.271</u>	<u>4.410.718</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

Notas Explicativas

20. Demonstração do fluxo de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no trimestre findo em 31 de março de 2018 e 2017. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>31/03/2017</u>
Fornecedores	(313)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(313)
Aquisição de ativo intangível	313
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	313

- a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Empréstimos e Financiamento</u>	<u>Capital social</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(839.782)	(783.000)	(1.622.782)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Integralização de capital	-	(23.000)	(23.000)
Pagamentos de principal e juros	16.670	-	16.670
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	16.670	(23.000)	(6.330)
Outras variações			
Juros provisionados e variação monetária	(18.199)	-	(18.199)
Amortização do custo de transação	(389)	-	(389)
Total das outras variações	(18.588)	-	(18.588)
Saldo Final	<u>(841.700)</u>	<u>(806.000)</u>	<u>(1.647.700)</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da,

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Campo Grande – MS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase – Processo de investigação

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº1 às informações contábeis intermediárias, que descreve que sua Controladora CCR S.A. e determinadas companhias integrantes do Grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. Conforme mencionado na referida nota, sua controladora CCR S.A. criou um Comitê Independente que, em conjunto com seus assessores jurídicos e com empresa internacional de consultoria especializada, iniciaram investigação para apuração dos fatos noticiados. A Companhia, em conjunto com sua controladora CCR S.A., e seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas informações contábeis intermediárias da Companhia e concluiu que, se houver, não seriam materiais às mesmas. Todavia, as investigações ainda estão em andamento e portanto, não é possível determinar se serão revelados fatos que possam trazer impactos a outras empresas do Grupo, bem como se haverá qualquer efeito da Lei 12.846 em decorrência desse assunto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2018.

Campo Grande/MS, 10 de maio de 2018.

ROBERTO DE BARROS CALIXTO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

HENRIQUE RUBIÃO DO VAL

DIRETOR DE ENGENHARIA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2018.

Campo Grande/MS, 10 de maio de 2018.

ROBERTO DE BARROS CALIXTO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

HENRIQUE RUBIÃO DO VAL

DIRETOR DE ENGENHARIA